



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009921-75.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **DIVANIL ALFREDO KANEBLEY ME**
 Requerido: **Banco Itaú BBA S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que mantinha duas contas bancárias junto ao réu (como pessoa física e jurídica) e que sempre emitia boletos para que seus clientes fizessem os pagamentos por compras que realizavam.

Alegou ainda que o réu recusou um desses boletos sob o argumento de que era falso, além de por isso cancelar as contas de início mencionadas.

Salientou que como se não bastasse o réu lhe promoveu restrição na Central Nacional de Compensação, de sorte que não mais está autorizada a emitir boletos.

A preliminar de incompetência do Juízo para o processamento do feito não merece acolhimento porque a realização de perícia grafotécnica é desnecessária para a solução do litígio, como adiante se verá.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No mérito, o réu admitiu na peça de resistência que cancelou as contas da autora, assinalando que poderia fazê-lo e que a comunicou previamente.

Conquanto a autora tenha declinado que não foi avisada do encerramento das contas (fl. 56, item 1), os documentos de fls. 71/72 levam a conclusão contrária, tanto que ela posteriormente deixou claro que *"O Banco Itaú S/A só mandou o AR, dizendo sobre o encerramento das contas"* (fl. 79, primeiro parágrafo).

Esse cenário não permite vislumbrar a ocorrência de ato ilícito por parte do réu na medida em que ele efetivamente poderia promover o encerramento das contas da autora unilateralmente.

A circunstância da autora ter emitido cheques pré-datados não modifica o panorama traçado e tampouco pode impor ao réu o dever de ressarcir-la sob alguma ótica.

Na verdade, trata-se de prática submetida a riscos como o posto nos autos, de sorte que se o interessado, como a autora, as leva a efeito assume a perspectiva de corrê-los.

O réu em última análise não poderá ser chamado à responsabilidade por ato regular que implementou.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular, no que se refere à reparação dos danos morais invocados pela autora.

Como destacado, não extraio dos autos lastro a estabelecer a ideia de que o réu tivesse incorrido em irregularidade quando encerrou as contas da autora comunicando-a previamente.

Solução diversa apresenta-se ao pleito para que o réu afaste a restrição que impôs à autora na Central Nacional de Compensação.

Ele na contestação não refutou que assim tivesse agido, ao passo que ao ser instado a pronunciar-se especificamente sobre o tema (fl. 66, item 1) se manteve silente (fls. 69/70).

Bem por isso, não negada a conduta do réu e inexistindo prova consistente de que ele teria amparo para promovê-la, deverá ser condenado a desconstituí-la.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a retirar no prazo máximo de dez dias a restrição que lançou contra a autora junto à Central Nacional de Compensação, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 30 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**